



Expeça-se

Publique-se

08 / 09 / 02

O Secretário da Mesa

Macarri

REQUERIMENTO Número /x (.ª)

PERGUNTA Número 2482 /x (3 .ª)

Assunto: Despacho nº 22344, de 29 de Agosto de 2008 - Contratualização dos serviços inerentes à actualização das aeronaves F-16.

Destinatário:

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

No passado dia 29 de Agosto foi publicado no Diário da República um despacho conjunto, da responsabilidade do Primeiro-Ministro, Ministro de Estado e das Finanças e Ministro da Defesa Nacional, respeitante à contratualização dos serviços inerentes à actualização das aeronaves F-16, no âmbito da configuração Mid Life Update (MLU).

Esta modernização do sistema de armas F-16, vem prevista na Lei Orgânica n.º 4/2006, de 24 de Agosto (Lei de Programação Militar), mais especificamente na medida «Modernização da base industrial e tecnológica da defesa», subprojecto «OGMA TASMO F-16».

O referido Despacho nº 22344/2008, de 29 de Agosto último, vem autorizar a abertura de procedimento de ajuste directo para a contratualização dos serviços inerentes à actualização das aeronaves F-16 para a configuração MLU, de

Por determinação de *SEXPARK*, à
Sra. Secretária da Mesa

08.09.02

hmdm

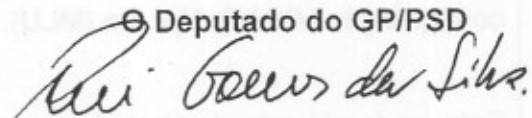
acordo com o correspondente programa inscrito na Lei de Programação Militar; procede igualmente à autorização da despesa associada ao mesmo, até ao montante de (euro) 20 277 000; e solicita uma proposta de prestação de serviços à OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, S. A., delegando-se na Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa a condução do respectivo procedimento.

Tal acto da responsabilidade política e administrativa do Governo não suscitaria quaisquer dúvidas, não fora o caso de no último ponto (7) se prever que "O presente Despacho produz efeitos desde 30 de Novembro de 2002"...

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e da alínea d) do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao Governo, através do Ministério da Defesa Nacional, **se estamos perante um "lapsus calami", ou não o sendo, quais as razões para que a produção de efeitos do referido despacho reporte a 30 de Novembro de 2002.**

Palácio de São Bento, 1 de Setembro de 2008.

Deputado do GP/PSD



(Rui Gomes da Silva)